



AVALIAÇÃO
DO
PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO DE MOÇAMBIQUE
(2004-2006)

ANEXOS



Avaliadores: Fernando Jorge Cardoso, Patrícia Magalhães Ferreira



Agosto de 2006

ANEXOS A. Avaliação

A.1. Termos de Referência

A.2. Matriz da Avaliação

A.3. Entrevistas realizadas



ANEXOS A

A.1. TERMOS DE REFERÊNCIA

PARA A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-MOÇAMBIQUE (2004-2006)

1. Enquadramento

A cooperação portuguesa enfrenta desafios importantes resultantes quer do contexto internacional, nomeadamente dos compromissos assumidos no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, quer das novas orientações no quadro do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” publicado no Diário da República, em 22 de Dezembro (Resolução do Conselho de Ministros 196/2005).

Esses desafios são norteados, em última instância, pela necessidade de aumentar a eficácia e eficiência da cooperação para o desenvolvimento e contribuir, de forma sustentada, para o desenvolvimento dos países parceiros.

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) assinados para um período de três anos, que se desdobram em Planos Anuais de Cooperação (PAC). Os PIC enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

Em Março de 2004, foi assinado entre Portugal e Moçambique o PIC para o triénio 2004-2006, com um envelope financeiro indicativo de 42 milhões de euros (14 milhões para cada ano do triénio). Tendo em consideração a estratégia de desenvolvimento definida por Moçambique e os princípios e linhas de acção da cooperação portuguesa para o desenvolvimento, foram identificadas as seguintes áreas prioritárias de intervenção: Educação; Saúde; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Boa Governação; Apoio Orçamental e Macro-financeiro; Desenvolvimento Sócio-comunitário; Mulher, e Cultura.

O PIC foi operacionalizado em 3 PAC, nos quais foram definidos os programas de actividades a desenvolver e as correspondentes fontes de financiamento, tendo o respectivo envelope financeiro sido o seguinte: 2004 – 14 milhões de euros; 2005 – 19 milhões de euros; 2006 – 19 milhões de euros.

Estando a terminar o período de vigência do PIC torna-se necessário proceder à sua avaliação, a qual deve dar um contributo significativo para a definição do próximo PIC, podendo, ainda, ser útil, e complementar, para as avaliações sectoriais e de projectos.

2. Âmbito da Avaliação

A presente avaliação tem como âmbito:

- A avaliação do Programa Indicativo de Cooperação de Portugal com Moçambique e sua implementação no período 2004-2006;
- A avaliação da relevância, lógica e coerência, bem como resultados alcançados com o PIC 2004-2006 e respectivos PAC (2004, 2005 e 2006).



3. Objectivos

- Conhecer o desempenho da cooperação portuguesa em Moçambique;
- Dar aos Governos Português e Moçambicano uma base para decidir sobre possíveis mudanças ou adaptação da estratégia, programa e sectores de intervenção da cooperação entre os dois Estados;
- Fazer o levantamento da experiência de programação (PIC) e das suas características específicas com Moçambique que poderão ser úteis para a preparação e implementação do apoio português a uma nova estratégia e programas de desenvolvimento com este país parceiro.
- Dar indicações sobre como poderá a cooperação portuguesa ser articulada e harmonizada no futuro, tendo em conta a desconcentração e delegação de competências para o terreno das outras agências de cooperação internacional em Moçambique.

4. Resultados

A avaliação deve descrever o PIC de Moçambique e o processo que esteve subjacente à sua definição, com base nas políticas e estratégias moçambicanas nos sectores neles identificados e os compromissos internacionalmente assumidos por Portugal (ODM) – a sua formulação e preparação (formulação da estratégia, identificação, planeamento e implementação dos respectivos PAC) – para se poder apreciar:

- A relevância do PIC, dos PAC e do processo de implementação (qual é a abordagem que o PIC faz aos principais problemas de desenvolvimento em Moçambique e às políticas de desenvolvimento dos dois países?).
- A eficácia da cooperação para o desenvolvimento Portugal/Moçambique (quais são os resultados dos PAC e como é que as intervenções e o processo contribuem para os principais objectivos e prioridades da cooperação para o desenvolvimento Portugal/Moçambique);
- A eficiência do PIC e o processo de desenvolvimento. (Qual a eficiência das actividades/intervenções incluindo o modelo organizacional e os métodos de implementação através dos PAC), nomeadamente nas seguintes áreas: apoio ao orçamento, capacitação institucional e desenvolvimento sócio-comunitário.
- A sustentabilidade do PIC. (Em que medida as actividades /benefícios da ajuda portuguesa a Moçambique promovem a sua sustentabilidade);

De forma a:

Formular lições aprendidas e recomendações, expor causas e explicar razões para os sucessos ou fracassos e contribuir para tornar a cooperação mais relevante, eficaz, eficiente e sustentável, quer para Portugal, quer para Moçambique.

5. Âmbito do Trabalho

A avaliação deve realizar-se de acordo com o guia de Avaliação do IPAD e, como tal, conter, no mínimo, os seguintes aspectos:



5.1 – Descrever e analisar a evolução do apoio português a Moçambique dando particular atenção às seguintes questões:

- O PIC e respectivos PAC são complementares e coordenados com os esforços de outros doadores internacionais em Moçambique? (harmonização).
- O apoio português foi alinhado com os planos e políticas Moçambicanas, nas áreas seleccionados para avaliação?

5.2 – Descrever e avaliar a eficácia da estratégia país e da preparação, implementação e adaptação do PIC, relativamente ao alcançar dos principais objectivos:

- Existe documento de projecto quando tal se justifica?
- Que regras de apreciação de projectos existiram?
- O alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente integrada no PIC e nos PAC?
- Foi dada suficiente atenção aos aspectos da sustentabilidade ambiental?
- Foi dada atenção suficiente às questões do género?
- Os resultados das actividades foram satisfatórios para alcançar os objectivos pretendidos?
- Surgiram efeitos não previstos? A que se deveram?
- Que efeitos foram alcançados nos grupos-alvo?
- As intervenções das ONG apoiadas foram devidamente incluídas/consideradas para maximizar a eficácia do PIC?

5.3 – Apreciar e analisar a eficiência do PIC em termos da adequabilidade dos instrumentos escolhidos e dos recursos disponibilizados:

- Os recursos (humanos e financeiros) disponibilizados por Portugal e por Moçambique, em quantidade e no tempo oportuno, para a gestão do PIC e dos PAC foram os adequados?
- Os instrumentos seleccionados, incluindo o envolvimento das ONG, foram os melhores/mais adequados para alcançar os objectivos e existem argumentos/razões para a sua escolha?

5.4 – Apreciar em que grau as actividades/processos/benefícios da cooperação portuguesa para o desenvolvimento têm sustentabilidade quando esse apoio terminar:

- Foi assegurada a viabilidade financeira e económica das intervenções?
- Foi aplicada a metodologia/tecnologia adequada e garantida a sua apropriação local?
- Houve desenvolvimento das capacidades institucionais locais?
- Foram tidas em conta e apoiadas as políticas governamentais e o quadro estratégico nacional de desenvolvimento?
- Foram fixadas metas específicas para as intervenções e sua sustentabilidade e estabelecidos indicadores específicos durante a preparação e foram medidos durante a implementação?

5.5 – Fazer uma análise global do PIC e dos respectivos PAC que possa dar uma base para as decisões sobre o novo PIC:



- Os PAC traduzem e conduziram à implementação do acordado no PIC?
- Foi dada atenção suficiente à coordenação dos requisitos de planeamento, execução e desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas nos PAC, entre Portugal e Moçambique?
- Que mecanismos/sistemas de acompanhamento existem no terreno? Como podem ser potenciados?
- Previsões e condições para futura cooperação para o desenvolvimento: faz sentido continuar com este tipo de programação – PIC/PAC; PAC anuais?
- O PIC foi articulado com as intervenções de outras agências de cooperação? Como se poderá, em futuras programações, reforçar a articulação com o quadro bilateral e multilateral de cooperação em Moçambique?
- Recomendações para a futura cooperação relativamente ao PIC e respectivos PAC e programas sectoriais apoiados.

5.6 – Lições aprendidas:

- Listar as lições aprendidas positivas e negativas especificamente relevantes para o PIC, PAC e processo de implementação das intervenções /actividades em Moçambique e, em geral, se aplicável, a qualquer PIC da cooperação Portuguesa.

Em suma, a avaliação deve centrar-se no apoio ao orçamento, na capacitação institucional e no desenvolvimento sócio-comunitário, tendo em consideração a sua relevância no PIC, a análise da sustentabilidade da cooperação e a inclusão das questões transversais.

6. Metodologia

A avaliação inclui um estudo documental no IPAD e noutros Ministérios, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em Moçambique e visitas a actividades seleccionadas em Moçambique. Os principais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como autoridades Moçambicanas envolvidas) devem participar activamente no planeamento e execução da avaliação em diálogos frequentes com a equipa e em workshops e/ou seminários se considerados necessários.

7. Fases da Avaliação

A avaliação inclui três fases:

- A primeira de trabalho de gabinete,
- A segunda que implicará uma deslocação ao terreno, e
- A terceira de elaboração do relatório final.

Os aspectos que a seguir se apresentam não pretendem ser exaustivos, competindo aos consultores que realizarem este estudo aprofundar os critérios propostos e sugerir novos objectivos bem como abordagens complementares.



7.1 Trabalho de Gabinete

A fase de trabalho de gabinete consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em questão que possa ser obtida quer no IPAD e noutros Ministérios, quer através de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos.

Esta fase, com uma duração de 4 semanas, deverá terminar obrigatoriamente com a apresentação de um primeiro relatório para discussão conjunta num “workshop”, no qual deverão participar representantes dos vários detentores de interesse.

O primeiro relatório deverá:

- . Situar e descrever a ajuda bilateral portuguesa no contexto das políticas, prioridades e necessidades de Moçambique;
- . Identificar e analisar as questões chave com influência na intervenção portuguesa, nomeadamente, constrangimentos, problemas, pontos fortes e factores facilitadores;
- . Identificar e apreciar eventuais mudanças da intervenção portuguesa nos PAC, tendo em atenção as alterações quer na política moçambicana quer nas estratégias de outros doadores, quer, ainda, no Governo Português;
- . Apreciar o relacionamento institucional entre os diversos actores da cooperação portuguesa com Moçambique;
- . Apreciar a pertinência da informação e material encontrado para esta fase do trabalho;
- . Apresentar um plano de actuação para a fase seguinte, com identificação das intervenções da cooperação portuguesa que deverão ser alvo de maior atenção, e eventuais propostas de ajustamento dos Termos de Referência.

7.2 Trabalho de Campo

Os objectivos da fase de trabalho de campo são: confirmar ou modificar as conclusões obtidas na fase de gabinete, aprofundar alguns aspectos previamente identificados, bem como investigar e analisar outros aspectos que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno.

Deverá ser feita uma análise mais aprofundada da coerência, coordenação e complementaridade (os 3 C):

- Coerência externa entre a política de cooperação portuguesa e as políticas moçambicanas relacionadas com os sectores em causa;
- Coordenação com as autoridades moçambicanas;
- Complementaridade e coordenação entre as actividades dos diferentes actores da cooperação portuguesa, dado o carácter descentralizado da nossa cooperação;
- Complementaridade e coordenação entre a cooperação portuguesa e outros doadores.

O trabalho de campo termina com um relatório, que deverá:

- Enunciar a política de desenvolvimento do governo moçambicano, estratégias e prioridades atribuídas aos diferentes sectores;
- Analisar a adequação da ajuda portuguesa face às necessidades moçambicanas;
- Analisar a implementação da cooperação portuguesa: em que medida as intervenções foram efectivas, com uma apreciação dos programas de cooperação em termos de financiamento, pessoal, tempo, normas, aspectos administrativos e outros recursos e procedimentos que contribuíram para, ou dificultaram, o alcançar dos resultados.



- Apreciar os efeitos, pretendidos ou não, da ajuda portuguesa no desenvolvimento de Moçambique, suas estratégias, planeamento e implementação;
- Avaliar a intervenção portuguesa nos grupos mais desfavorecidos da população;
- Apreciar as questões transversais chave: género, ambiente, Direitos Humanos e grupos mais vulneráveis;
- Apreciar as sinergias, coordenação e complementaridade entre as intervenções da cooperação portuguesa e outros doadores internacionais;
- Avaliar a participação dos detentores de interesse, em particular das comunidades locais e os grupos-alvo, na implementação das actividades de cooperação;
- Apreciar as sinergias, coordenação e complementaridade do apoio português nos vários sectores de intervenção;

Deverão ser coligidos dados que consubstanciem o relatório, nomeadamente recorrendo a:

- . Reuniões iniciais com os serviços financiadores e executores da ajuda portuguesa;
- . Entrevistas com o pessoal responsável pelas diversas actividades, i.e., consultores, representantes dos ministros, autoridades locais e comunidades, instituições relevantes, investigadores, doadores mais importantes, etc.;

A versão preliminar do segundo relatório, contemplando os pareceres, as conclusões, as “lições aprendidas” e respectivas recomendações, será apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

Nesta fase, considera-se fundamental o envolvimento e a contribuição de técnicos das instituições moçambicanas, em particular dos sectores alvo da cooperação portuguesa.

Um resumo das constatações dos avaliadores deve ser apresentado ao governo moçambicano e Embaixada portuguesa para discussão durante a fase final da deslocação a Moçambique.

7.3 Relatório Final

O relatório final deverá conter essencialmente uma apreciação dos resultados e efeitos obtidos pelo PIC de Moçambique ao longo do período em análise, bem como recomendações quanto ao prosseguimento do modelo de programação (PIC/PAC) e respectivas modalidades (sectores, tipos de ajuda).

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

8. Plano de Trabalho

A avaliação decorrerá em 2006, com o seguinte calendário:

- Fase documental e sua discussão até início de Maio
- Trabalho de campo em Maio
- Relatório final draft em meados de Junho
- Versão final no final de Junho

A.2. Matriz da Avaliação

<u>Aspectos a avaliar</u>	<u>Questões globais</u>
Desempenho (incluindo análise dos 3C)	<ul style="list-style-type: none"> • O PIC e os PAC foram implementados como planeado? • O PIC e os PAC são coerentes com as prioridades e políticas moçambicanas nas áreas em causa? • Existe coordenação e harmonização com a actuação de outros doadores presentes em Moçambique?, • Qual o grau de coordenação e complementaridade entre as actividades dos diferentes agentes da cooperação portuguesa? Os PAC promovem essa coordenação? As intervenções dos vários actores da cooperação portuguesa foram devidamente tomadas em consideração na implementação dos PAC?
Processo de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do processo de negociação dos PIC e dos PAC • Análise do processo de gestão e implementação dos PAC • Participação dos grupos alvo e beneficiários • Identificação de eventuais problemas e suas causas
Necessidades de Reajustamento – NOVO PIC	<ul style="list-style-type: none"> • Será necessário proceder a ajustamentos dos recursos, prioridades e intervenções no novo PIC e PAC? • Quais as lições aprendidas (positivas e negativas) que devem ser incluídas na futura programação? Que problemas, questões, riscos, etc. devem ser tidos em atenção? • Recomendações operacionalizáveis e destinadas a grupos-alvo específicos

<u>Crítérios de avaliação</u>		<u>Indicadores</u>	<u>Fontes de Informação</u>
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> - Os sectores definidos no PIC e nos PAC respondem às necessidades do país beneficiário, tendo sido alinhados com as prioridades e políticas moçambicanas? Qual a abordagem que o PIC faz dos principais problemas de desenvolvimento de Moçambique? - Os PIC e PAC são consistentes com os documentos estratégicos da Cooperação Portuguesa? - Este tipo de programação (PIC/PAC) é o mais adequado na cooperação 	<p>Referência e Concordância com políticas e estratégias tal como explicitamente formuladas nos documentos oficiais moçambicanos, em especial no PARPA.</p> <p>Referência e Concordância com as prioridades e políticas definidas nos documentos estratégicos</p>	<p>PARPA e outros documentos oficiais do Governo Moçambicano</p> <p>Documentos oficiais da cooperação portuguesa</p> <p>Informação recolhida verbalmente na</p>

	<p>Portugal-Moçambique?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os PAC traduzem e implementaram de facto o acordado no PIC? 	<p>da cooperação portuguesa.</p> <p>Correspondência entre projectos e áreas temáticas dos PAC e prioridades definidas no PIC.</p>	<p>fase documental e no trabalho de campo</p>
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> - Os objectivos dos PAC foram alcançados? - Os PAC contribuíram para os principais objectivos e prioridades da cooperação? - Existem documentos de projecto e regras de apreciação dos mesmos? - Os resultados das actividades foram satisfatórios/ os necessários para alcançar os objectivos pretendidos? - Que factores inibiram ou facilitaram o alcançar dos objectivos dos PAC? - As questões transversais (alívio da pobreza, sustentabilidade ambiental e questões de género) foram devidamente incorporadas no PIC e nos PAC? - Os mecanismos de acompanhamento existem no terreno? 	<p>Coerência e correspondência entre os projectos e os objectivos previamente estabelecidos.</p> <p>Justificação da inclusão dos projectos e da escolha das áreas de intervenção.</p> <p>Existência de critérios de concepção, selecção e avaliação de projectos.</p> <p>Referência a questões transversais nos PIC e PAC; incorporação destas questões nas áreas temáticas e projectos respectivos.</p> <p>Grau e adequação do acompanhamento dos projectos (a partir da sede e do terreno)</p>	<p>Relatórios de actividades e de implementação dos projectos.</p> <p>Documentos oficiais da cooperação portuguesa</p> <p>Informação recolhida verbalmente na fase documental e no trabalho de campo</p>
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Os recursos humanos e financeiros foram os adequados, disponibilizados no momento oportuno e na quantidade prevista, para assegurar uma boa gestão e implementação do PIC e dos PAC? - O sistema de planeamento, execução, desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas nos PAC estão devidamente coordenados? - Os instrumentos seleccionados foram os mais adequados para alcançar os objectivos? Quais os argumentos e razões para a sua escolha? - Especificamente nas áreas do apoio ao orçamento, da capacitação 	<p>Taxa de Execução dos PAC</p> <p>Constrangimentos de ordem financeira: transferência atempada ou atrasada das verbas para execução dos projectos.</p> <p>Constrangimentos de ordem institucional: número de actores envolvidos na implementação dos</p>	<p>Informação estatística disponibilizada pelo IPAD.</p> <p>Relatórios de actividades, custos e implementação dos projectos.</p> <p>Informação recolhida verbalmente na fase documental e no trabalho de</p>

	<p>institucional e do desenvolvimento sócio-comunitário, os PAC revelaram-se adequados em termos de efeitos e resultados (<i>outputs</i> e <i>outcomes</i>)?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Houve factores que impediram o alcançar dos resultados? 	<p>projectos; existência ou não de mecanismos de coordenação institucional.</p>	<p>campo</p>
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Em que medida as actividades da ajuda portuguesa a Moçambique são sustentáveis e promovem essa sustentabilidade? - Foi assegurada a viabilidade financeira e económica das intervenções? - Foi aplicada uma metodologia participativa e garantida a apropriação local? - Houve desenvolvimento das capacidades institucionais locais? - Foram apoiadas as políticas governamentais e o quadro nacional de desenvolvimento? - Houve metas específicas para as intervenções e foram estabelecidos indicadores para serem medidos durante a implementação? 	<p>Grau de participação dos beneficiários e grupos-alvo na concepção e execução dos projectos.</p> <p>Gestão e execução apoiada nas capacidades moçambicanas.</p> <p>Existência de metas de implementação e indicadores dos efeitos dos projectos e do programa de cooperação.</p>	<p>Relatórios de implementação dos projectos.</p> <p>Informação recolhida verbalmente na fase documental e no trabalho de campo</p>

A.3. Entrevistas e Reuniões realizadas

A. PORTUGAL:

Alexandra Ferreira de Carvalho, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Ana Paula Fernandes, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Artur Lami, Vogal do Conselho Directivo, IPAD

Berta Cossa, Consul, Embaixada de Moçambique em Portugal

Carlos Figueiredo, Frederico Santos, Rosa Caetano, DGAERI – Direcção Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais, Ministério das Finanças e da Administração Pública

Deolinda Cruz, Divisão de Cooperação Internacional, Ministério da Saúde

Fernando Carvalho, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

João José Fernandes, OIKOS

José Rocha Afonso, Instituto da Água

Lucília Figueira, Gabinete para a Cooperação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Madalena Sampaio, Direcção de Serviços Bilateral II, IPAD

Manuela Afonso, Nuno Vaz, Divisão de Avaliação, IPAD

Mário Ribeiro, Rosa Valente, Divisão de Coordenação Geográfica, Direcção de Serviços Planeamento e Programação, IPAD

Nuno Silva, Gabinete de Assuntos Europeus, Ministério da Administração Interna

Sérgio Guimarães, Divisão de Apoio à Sociedade Civil, IPAD

Vítor Nogueira, Maria Emília Galvão, Georgina Esteves, Maria Angélica Ribeiro, GAERI, Ministério da Educação

Outros Participantes nos Workshops de debate:

Carlos Andrade, IPAD

José Alberto Andrade - GRIEC - Ministério da Justiça

Luis Chainho - MAOTDR

Alberto Augusto - Embaixada de Moçambique em Lisboa

Omar Remane - Embaixada de Moçambique em Lisboa

B. MOÇAMBIQUE:

Autoridades Moçambicanas:

Aires Aly, Ministro da Educação e Cultura

António Carlos, Gabinete de Cooperação, Ministério da Mulher e da Acção Social

António Laisse, Responsável do Apoio Orçamental, Ministério das Finanças

Elias Kuambe, Director Nacional Adjunto de Planificação e Cooperação, Ministério da Saúde

Ismael Valigy, Chefe de Departamento, Direcção para a Europa e as Américas, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

João Dias Loureiro, Presidente, Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

Joaquim Bule, Gabinete de Relações Internacionais, Ministério do Interior

Joel Neves Tembe, Director, Arquivo Histórico de Moçambique

Manuel Rego, Director de Planificação e Cooperação, Ministério da Educação e Cultura

Olinda Sousa, Directora Nacional Adjunta, Direcção Nacional de Águas, Ministério das Obras Públicas e Habitação

Outros Doadores:

Alexander Bohr, Assistente Técnico, Coordenação e Harmonização UE em Moçambique, Odamoz

Aniceto Bila, Operations Officer, Country Management Unit, Banco Mundial

Francisco Carreras, Delegado Interino, Comissão Europeia

Isabel Ramos, Special Adviser on MDGs, UN Resident Coordinator Office, PNUD/UNDP

Jaime Puyoles García, Adjunto do Coordenador, Agencia Española de Cooperación Internacional

Jolke Oppewal, Primeiro Secretário Economia e Comércio, Embaixada do Reino dos Países Baixos (Presidência G-18)

Julie Reviere, GTZ, Cooperação Alemã

Luísa Capelão, Senior Policy Analyst, USAID Moçambique

Marc de Tollenaere, Governance Programme Coordinator, Swiss Agency for Development and Cooperation

Sam Bickersteth, Representante Adjunto, Department for International Development, DFID Moçambique

Cooperação Portuguesa:

Amândio Pinelo, Coronel, Adido Defesa/ responsável Cooperação Técnico-Militar, Embaixada de Portugal em Maputo

António Santos Braga, Adido Cultural/responsável cooperação área cultural, Embaixada de Portugal em Maputo

José Esteves de Freitas Ferraz, Embaixador, Embaixada de Portugal em Maputo

José Flávio Teixeira, Cooperante, Cooperação Portuguesa

José Guedes de Sousa, Secretário de Embaixada, Embaixada de Portugal em Maputo

Maria Manuela Jacinto e José Ribeiro Fernandes, Vogais do Conselho Directivo, Escola Portuguesa de Moçambique

Nuno Mathias, Primeiro Secretário, Embaixada de Portugal em Maputo

Paulo do Espírito Santo Caldas, Subintendente, Oficial de Ligação / responsável cooperação policial, Embaixada de Portugal em Maputo

Pereira da Silva, Projecto Xai-Xai, Cooperação Portuguesa

Sociedade Civil:

Álvaro Casimiro, Consultor, ex-Director da Link (Plataforma de ONG)

Luís Filipe Pereira, Presidente Cruzeiro do Sul (membro do G-20)

Visita a alguns projectos de cooperação seleccionados:

Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-comunitário de Mumemo

Apoio ao Centro de Dia Mães de Mavalane

Centro de Ensino e Língua Portuguesa - Escola Portuguesa de Moçambique

Escola Superior de Hotelaria e Turismo

ANEXOS B

Tabelas e Quadros

Tabela B1

MOÇAMBIQUE

Indicadores Económicos e Sociais

	2003	2004	2005
População	18,8	19,1	19,4
Taxa de Crescimento Populacional	1,9	1,8	
Esperança Média de Vida	40,7		
Prevalência HIV-SIDA	16,2		
Posição no Índice de Desenvolvimento Humano (177países)	168 ^e		
Crescimento anual do PIB (%)	7,9	7,5	7,7
PIB (USD milhões)	4786	5912	6720
PIB per capita (USD)	230	250	290
Estrutura do PIB (%)			
Agricultura	24	23	23
Indústria	28	29	30
Serviços	48	47	47
Inflação	13,4	12,6	6,3
Investimento Interno (%PIB)	25,9	20,7	22,2
Investimento Público	12	9	12
Investimento Privado	14	11	10
Investimento Directo Estrangeiro (USD Milhões)	342	245	135
Despesa Pública (%PIB)	26,5	24,7	27,1
Ajuda (%PIB)	15,7	14,4	13,5
Taxas de Juro (empréstimos comerciais)	24,7	22	19,5

Fonte: Banco Mundial

Tabela B2

Ranking dos países por Investimento e Comércio Internacional

Rank	País investidor	Investimento Directo Estrangeiro (2000-05)		Exportações (2000-04)		Importações (2000-04)			
		Total		País de Destino	Total		País de Origem	Total	
		Em 1000 USD	%		Em 1000 US\$	%		Em 1000 USD	%
1	Africa do Sul	1,163,494,848	51.77%	Holanda	955,192	35.99%	Africa do Sul	2,857,037	39.33%
2	Austrália	442,186,500	19.68%	Belgica	703,908	26.52%	Portugal	383,678	5.28%
3	Irlanda	103,824,075	4.62%	África do Sul	581,117	21.89%	Holanda	248,463	3.42%
4	Portugal	142,729,134	6.35%	Zimbabwe	200,591	7.56%	Estados Unidos	222,880	3.07%
5	Maurícias	136,286,337	6.06%	Portugal	157,434	5.93%	Índia	215,888	2.97%
6	Reino Unido	117,650,258	5.24%	Espanha	156,485	5.90%	Japão	141,846	1.95%
7	Jugoslávia	5,000,000	0.22%	Malawi	98,100	3.70%	China	124,431	1.71%
8	Zimbabwe	20,066,548	0.89%	Índia	71,652	2.70%	Austrália	114,212	1.57%
9	Holanda	18,972,307	0.84%	Japão	64,197	2.42%	França	109,284	1.50%
10	Índia	12,015,062	0.53%	Suíça	59,759	2.25%	Paquistão	76,880	1.06%

Fonte: INE Moçambique, BdM

Gráficos B3: Incidência da Pobreza em Moçambique

Incidência da Pobreza (%), 2003

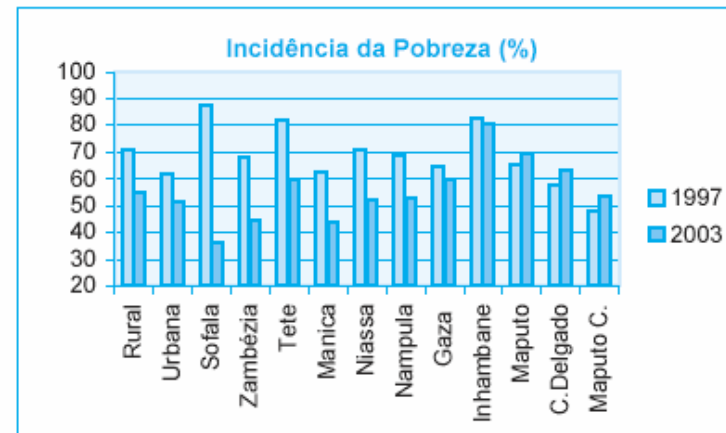
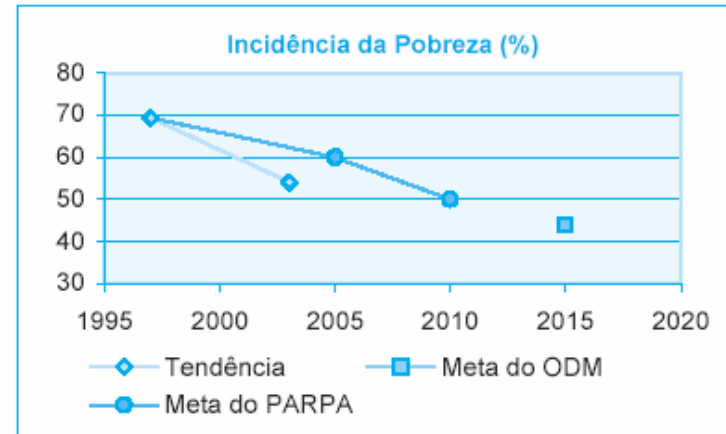
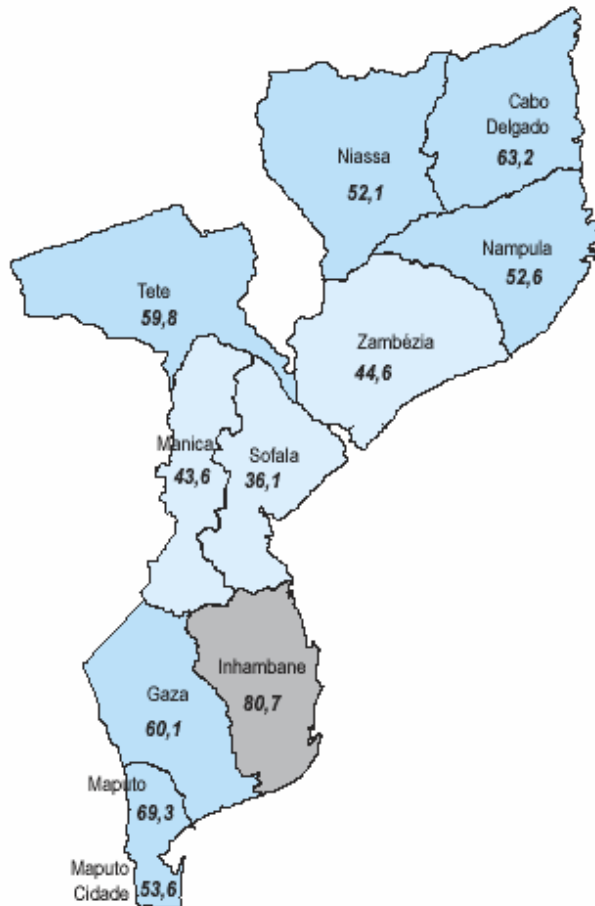


Tabela B4 : Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Situação de Moçambique

Objectivo 1 POBREZA ABSOLUTA E FOME				
Reduzir para metade (1990-2015) a proporção de pessoas que vivem em pobreza absoluta		Potencialmente atingível		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza		69,4	54,1	44,0
Rácio do fosso da Pobreza		29,3	20,5	n/a
Parte do Quintil mais pobre no consumo nacional		6,5	6,1	n/a
Reduzir para metade (entre 1990 e 2015) a proporção de pessoas que sofrem de fome		Improvável		
<i>Indicadores</i>		<i>2001</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Prevalência do baixo peso em crianças menores de 5 anos		26,0	23,7	17,0
Proporção da população abaixo do nível mínimo de calorias		n/a	n/a	n/a
Objectivo 2 EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL				
Garantir que todos os rapazes e raparigas concluem um ciclo completo de ensino primário		Improvável		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Taxa líquida de matrícula no ensino primário		44,0	69,4	100,0
Taxa de conclusão do ensino primário		22,0	38,7	100,0
Taxa de alfabetização de pessoas com 15-24 anos		52,1	58,2	n/a
Objectivo 3 IGUALDADE DE GÉNERO				
Eliminar a disparidade de género em todos os níveis de ensino		Improvável		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Rácio de raparigas por rapazes no ensino primário		0,71	0,83	1
Rácio de mulheres por homens alfabetizados 15-24 anos		0,62	0,83	n/a
Percentagem de mulheres no trabalho assalariado não-agrícola		4,0	10,1	n/a
Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento		28,0	35,6*	n/a
Objectivo 4 MORTALIDADE DE CRIANÇAS				
Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos		Potencialmente Atingível		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1000 nados vivos)		219	178	108
Taxa de mortalidade infantil (0-1ano, por 1000 nados vivos)		147	124	67
Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo		57,5	76,7	95,0
Objectivo 5 SAÚDE MATERNA				
Reduzir em três quartos o rácio de mortalidade materna		Potencialmente Atingível		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Rácio de mortalidade materna (por 100.000 nados vivos)		n/a	408	250
Proporção de partos assistidos por técnicos de saúde (15-49 anos, %)		44,2	47,7	n/a
Objectivo 6 HIV-SIDA, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS				
Ter travado e iniciado a inversão do alastramento do HIV-SIDA		Improvável		
<i>Indicadores</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Prevalência do HIV nas mulheres grávidas 15-24 anos		n/a	12,9	n/a
Taxa de uso do preservativo		0,8	1,1	n/a
Rácio de frequência escolar dos órfãos por frequência escolar de não-órfãos 10-14 anos		0,89	0,9	n/a
Ter travado e iniciado a inversão da incidência da malária e de outras doenças graves		Potencialmente Atingível		
<i>Indicadores</i>		<i>2001</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Prevalência e taxa de mortalidade associada à malária		7,0	n/a	3,5
Proporção da população em zonas de risco que usa prevenção efectiva e medidas de tratamento		n/a	n/a	n/a
Prevalência e taxa de mortalidade associada à tuberculose		9,7	11,0	6,0
Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito da estratégia de controlo		71,0	77,0	80,0



Objectivo 7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		Improvável		
Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais				
Reduzir para metade a proporção da população sem acesso a água potável e saneamento				
Ter conseguido uma melhoria significativa no nível de vida dos residentes dos bairros degradados				
<i>Indicadores seleccionados</i>		<i>2001</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
População com acesso a uma fonte de água melhorada		37,1	35,7	70,0
População com acesso a saneamento melhorado		41,1	44,8	60,0
Objectivo 8 PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO				
Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, previsível e não-discriminatório				
Abordar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos				
Tratar de forma abrangente o problema da dívida				
Formular e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo				
Facultar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento				
Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação				
<i>Indicadores seleccionados</i>		<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>Meta 2015</i>
Ajuda líquida ao desenvolvimento como % do RNB		29,5	25,2	n/a
Alívio da dívida comprometido no âmbito da Iniciativa HIPC		n/a	4.300*	n/a
Serviço da dívida (% exportações de bens e serviços)		17,8	3,9	n/a
Linhas telefónicas por 1000hab.		0,2	4,6	n/a
Assinantes de telemóveis por 1000hab.		4,2	14	n/a
Computadores pessoais em uso por 1000hab.		1,9	4,5	n/a
Utilizadores da Internet por 1000hab.		0,1	2,8	n/a

* em 2005.

Fonte: Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Moçambique 2005

Tabela B5

Evolução do Apoio Geral ao Orçamento de Estado de Moçambique
Resumo das Contribuições Financeiras

Milhões de USD

	2003	2004	2005	2006	Compromissos 2007
Alemanha	-	4,274	4,510	12,300	12,76
Banco Africano de Desenvolvimento	-	-	-	-	30,00
Banco Mundial	-	60,000	60,000	60,000	70,00
Bélgica	-	3,650	2,620	3,680	3,83
Canadá	-	-	2,000	2,000	2,26
Comissão Europeia	71,000	70,400	56,760	55,350	55,04
Dinamarca*	8,800	0	10,000	9,800	10,26
Espanha	-	-	3,600	3,680	3,83
Finlândia	3,200	4,857	5,140	6,150	6,38
França	3,200	3,751	3,960	3,680	2,55
Holanda	17,000	17,207	23,420	22,140	22,97
Irlanda	6,600	7,149	7,840	7,380	11,48
Itália	-	3,776	8,140	3,940	4,85
Noruega	10,500	9,411	10,850	11,500	19,63
Portugal	-	1,499	1,500	1,500	1,50
Reino Unido	15,600	27,364	56,560	63,600	67,07
Suécia	13,600	13,857	17,600	26,900	41,09
Suíça	5,300	7,407	7,700	3,940	6,54
Total	154,800	234,611	282,210	297,540	372,04

Fonte: Website PAP (<http://www.pap.org.mz/>) e Secretariado dos PAP (para os dados 2007)

A Dinamarca não fez desembolsos em 2004 por não ter um programa bilateral acordado com o Governo na altura.

Tabela B6

Proporção dos Parceiros do Apoio Programático (PAP) para cada item - 2005

em percentagem do total do grupo

	Ajuda ao Orçamento	Ajuda Sectorial	Ajuda Programática*	Ajuda a Projectos	Ajuda Total
Bélgica	0,91	0,51	0,72	1,27	0,99
Canadá	0,69	5,54	2,98	2,45	2,98
Dinamarca	3,58	15,51	9,21	0,41	5,61
UE	19,84	14,86	17,49	12,26	15,44
Finlândia	1,81	2,96	2,35	2,74	2,54
França	1,36	1,60	1,47	2,98	1,86
Alemanha	1,59	2,78	2,15	5,77	3,69
Irlanda	2,72	10,15	6,22	0,69	4,57
Itália	1,51	1,01	1,27	3,85	2,29
Noruega	5,32	8,26	6,71	5,52	6,29
Portugal	0,53	0,00	0,28	2,07	1,08
Espanha	1,36	1,01	1,20	3,68	2,83
Suécia	6,64	5,73	6,21	9,32	7,54
Suíça	2,91	1,57	2,28	0,61	2,14
Países Baixos	8,15	6,95	7,59	3,33	6,97
Banco Mundial	21,07	17,76	19,51	38,27	24,73
Reino Unido	20,01	3,81	12,37	4,74	8,43
Total PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

* Ajuda ao orçamento + Ajuda sectorial

Fonte: Revisão do Desempenho dos PAP em 2005, Relatório de um Consultor Independente, Ernst & Young, Maio 2006



Tabela B7

Composição do portfolio geral dos PAP (2004-2006)

USD

	2004	2005	2006
	Desembolsado	Desembolsado	Planeado
Apoio à Balança de Pagamentos (BoPS)*	60.071.616	0	9.721.004
Apoio Directo ao Orçamento (GBS)	183.274.000	284.825.713	300.530.100
SWAPS ou Fundos Sectoriais /Comuns	254.204.238	254.268.471	332.543.266
Ajuda a Projectos	287.501.085	372.448.019	467.459.440
Apoio ao Sector Privado	25.710.822	21.214.666	24.596.421
Ajuda a ONG	57.911.057	71.934.630	66.461.726
Outros	26.873.256	16.387.926	54.880.829
Cooperação Descentralizada**	8.780.213	3.870.000	n.d.
Ajuda Total	904.326.287	1.024.949.425	1.256.192.786

* A partir de 2005 o Banco Mundial fornece recursos para o GBS, o que explica o quase desaparecimento do BoPS e o aumento correspondente do GBS.

** refere-se às agências de cooperação regional de Espanha

Fonte: Revisão do Desempenho dos PAP em 2005, Relatório de um Consultor Independente, Ernst & Young, Maio 2006

Gráfico B8

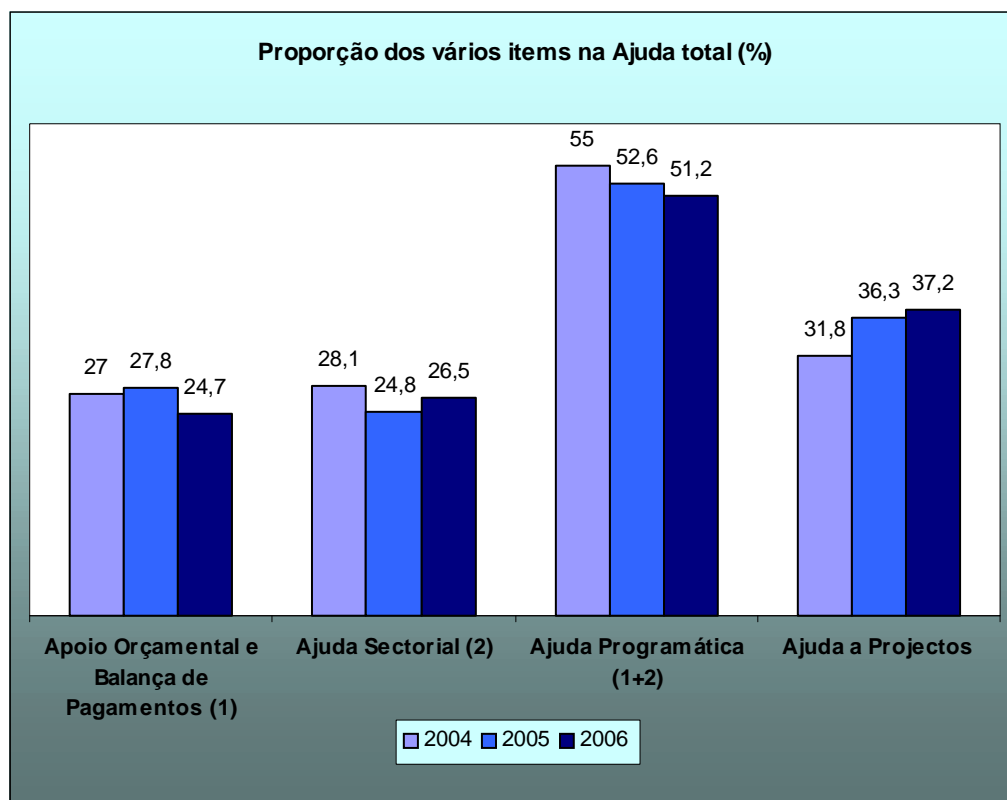


Tabela B9 - Composição do Portfolio dos Parceiros do Apoio Programático

Ajuda Total Desembolsada - 2005 (USD)

PAP	Apoio Orçamental (Desembolsado)	Apoio Sectorial	Ajuda a Projectos	Apoio ao Sector Privado	Apoio a ONG	Outros	Cooperação Descentralizada	Ajuda Total Desembolsada
Bélgica	2.580.000	1.290.000	4.747.200	0	1.168.740	325.080		10.111.020
Canadá	1.975.000	14.082.031	9.133.677	749.486	3.780.425	779.051		30.499.671
Dinamarca	10.200.000	39.440.000	1.530.000	1.700.000	4.590.000			57.460.000
UE	56.509.740	37.772.490	45.644.955	284.080	13.984.019	4.101.795		158.297.079
Finlândia	5.160.000	7.514.250	10.212.678	0	3.175.145			26.062.074
França	3.870.000	4.063.500	11.094.000	0	0			19.027.500
Alemanha	4.515.000	7.069.200	21.478.500	258.000	4.515.000			37.835.700
Irlanda	7.740.000	25.800.000	2.580.000	0	0	10.707.000		46.827.000
Itália	4.287.973	2.580.000	14.330.396	0	2.286.108			23.485.450
Noruega	15.150.000	21.000.000	20.550.000	2.400.000	5.400.000			64.500.000
Portugal	1.518.242	0	7.642.666	0	1.795.368			10.956.276
Espanha	3.870.000	2.580.000	13.696.882	0	4.993.182		3.870.000	29.010.064
Suécia	18.900.000	14.560.000	34.720.000	2.520.000	6.580.000			77.280.000
Suíça	8.300.000	3.984.000	2.266.730	2.000.300	5.351.010			21.902.040
Países Baixos	23.220.000	17.673.000	12.384.000	4.644.000	13.545.000			71.466.000
Banco Mundial	60.000.000	45.170.000	142.540.000	5.800.000	0			253.510.000
Reino Unido	57.000.000	9.690.000	17.670.000	858.800	760.000	475.000		86.453.800

Fonte: Revisão do Desempenho dos PAP em 2005, Relatório de um Consultor Independente, Ernst & Young, Maio 2006

Gráfico B10 - Composição do Portfolio dos PAP, 2005

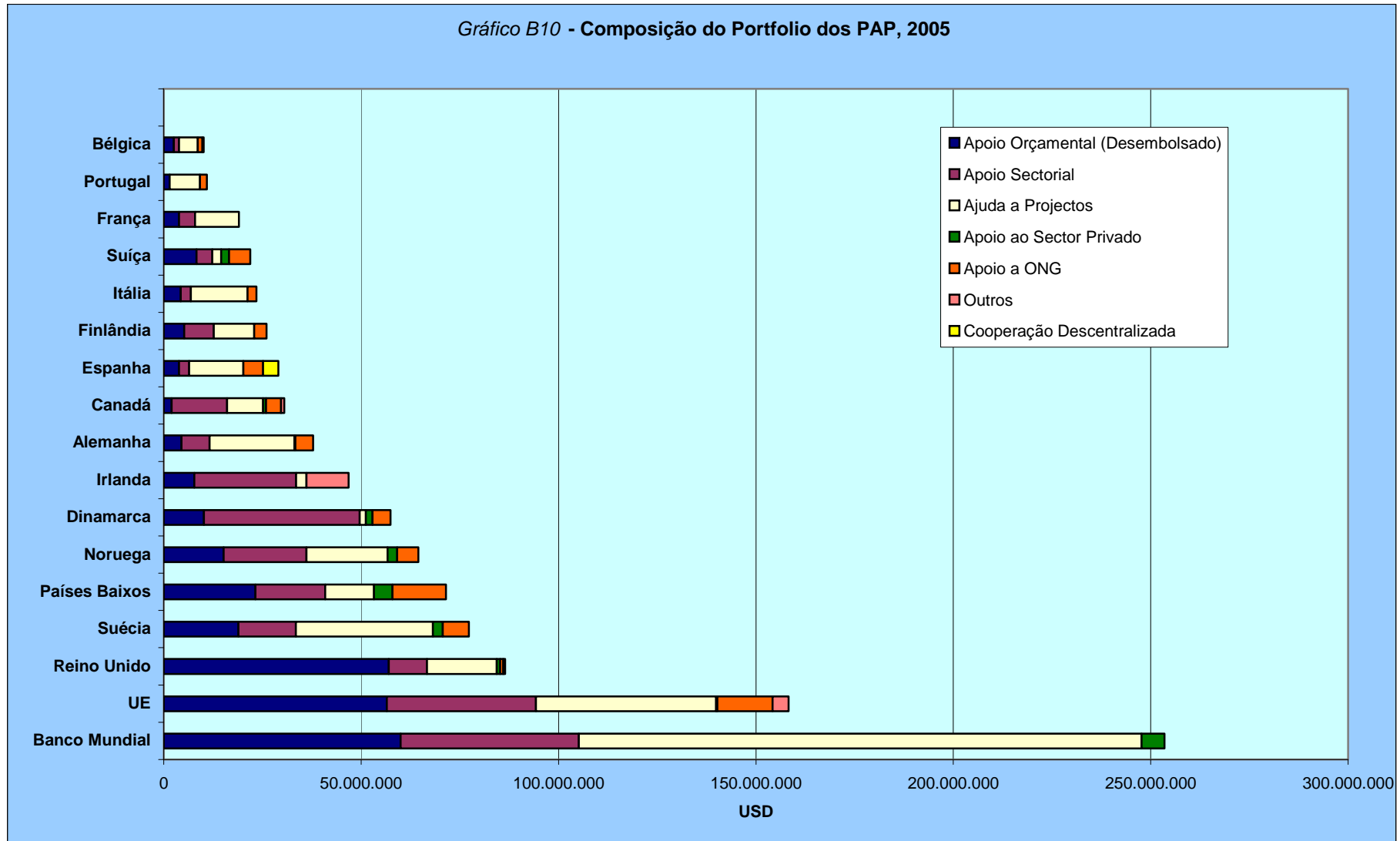


Tabela B11 - COMPROMISSO FINANCEIRO DO G18 DE APOIO GERAL AO ORÇAMENTO DE ESTADO DE MOÇAMBIQUE EM 2007 (*)
(em Milhões)

PAÍS/AGÊNCIA	2007		2008		2009		2010		TOTAL					
	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (*)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (*)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (*)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (*)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (*)				
Alemanha	Euro	10,00	12,76	Euro			Euro			Euro	10,00	12,76		
Banco Africano de Desenv.	US\$	30,00	30,00	US\$			US\$			US\$	30,00	30,00		
Banco Mundial	US\$	70,00	70,00	US\$			US\$			US\$	70,00	70,00		
Bélgica	Euro	3,00	3,83	Euro	3,00	3,83	Euro			Euro	6,00	7,66		
Canadá (1)	CAD	2,50	2,26	CAD			CAD			CAD	2,50	2,26		
Comissão Europeia (3)	Euro	43,13	55,04	Euro			Euro			Euro	43,13	55,04		
Dinamarca	DKK	60,00	10,26	DKK	60,00	10,26	DKK	60,00	10,26	DKK	180,00	30,78		
Espanha	Euro	3,00	3,83	Euro			Euro			Euro	3,00	3,83		
Finlândia	Euro	5,00	6,38	Euro	9,00	11,48	Euro	11,00	14,04	Euro	13,00	16,59		
França	Euro	2,00	2,55	Euro	2,00	2,55	Euro	2,00	2,55	Euro		6,00	7,65	
Holanda	Euro	18,00	22,97	Euro	18,00	22,97	Euro			Euro		36,00	45,94	
Irlanda (2)	Euro	9,00	11,48	Euro	12,00	15,31	Euro	15,00	19,12	Euro		36,00	45,91	
Itália	Euro	3,80	4,85	Euro	3,80	4,85	Euro	3,80	4,84	Euro		11,40	14,54	
Noruega	NOK	120,00	19,63	NOK	120,00	19,63	NOK	120,00	19,63	NOK		360,00	58,89	
Portugal (2)	US\$	1,50	1,50	US\$			US\$			US\$		1,50	1,50	
Reino Unido (3)	GBP	36,00	67,07	GBP	41,00	76,39	GBP	43,00	80,11	GBP	46,00	85,70	166,00	309,27
Suécia	SEK	300,00	41,09	SEK			SEK			SEK		300,00	41,09	
Suíça	CHF	8,00	6,54	CHF			CHF			CHF		8,00	6,54	
Total			372,04			167,27			150,55			102,29	792,15	

(*) Exchange rates: € 1 = USD 1,276; CAD 1 = USD 0,904; DKK 1 = USD 0,170; NOK 1 = USD 0,163; GBP 1 = USD 1,863; SEK 1 = USD 0,136; CHF 1 = USD 0,818

(1) Compromisso não formalizado

(2) Números indicativos, dependentes da formulação das Estratégias para apoio a Moçambique

(3) Inclui montantes para tranches fixas e variáveis/indicativas

Tabela B 12 - COMPROMISSOS INDICATIVOS DO G18 DE APOIO SECTORIAL AO ORÇAMENTO DE ESTADO DE MOÇAMBIQUE EM 2007 (*)

(em Milhões)

PAÍS/AGÊNCIA	Educação (FASE) (1)		Saúde (2)		Agricultura (PROAGRI)		Águas (ASAS)		Estradas			
	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (**)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (**)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (**)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (**)	COMPROMISSO NA MOEDA DO DOADOR	USD (**)		
Alemanha	Euro	6,00	7,64									
Banco Africano de Desenvolvimento	US\$											
Banco Mundial	US\$											
Bélgica	Euro											
Canadá	CAD	6,00	5,42	CAD	3,70	3,34	CAD	5,00	4,52			
Comissão Europeia	Euro			Euro	7,45	9,49	Euro	14,00	17,84	Euro	7,39	9,42
Dinamarca	DKK	6,50	1,11	DKK	75,00	12,82	DKK	13,00	2,22	DKK	10,70	1,83
Espanha	Euro			Euro	2,50	3,18	Euro			Euro		
Finlândia	Euro	4,00	5,09	Euro	4,00	5,09	Euro	4,00	5,09	Euro		
França	Euro			Euro	3,00	3,82	Euro			Euro		
Holanda	Euro	15,00	19,12	Euro	3,50	4,46	Euro			Euro	4,10	5,22
Irlanda	Euro	7,00	8,92	Euro	18,00	22,94	Euro	2,00	2,54	Euro		
Itália	Euro			Euro			Euro			Euro		
Noruega	NOK			NOK	80,00	13,09	NOK			NOK	16,00	2,62
Portugal	US\$			US\$			US\$			US\$		
Reino Unido	GBP	4,50	8,38	GBP	3,70	6,89	GBP			GBP	1,70	3,16
Suécia	SEK			SEK			SEK	40,00	5,47	SEK	137,00	18,77
Suíça	CHF			CHF	4,80	3,97	CHF			CHF		
Total			55,68			89,09			37,68		5,22	35,80

(*) Exchange rates: € 1 = USD 1,276; CAD 1 = USD 0,904; DKK 1 = USD 0,170; NOK 1 = USD 0,163; GBP 1 = USD 1,863; SEK 1 = USD 0,136; CHF 1 = USD 0,818

(**) A disponibilização dos montantes reflectidos para cada Sector será feita segundo o previsto nos Memorandos de Entendimento ou Acordos Sectoriais

(1) Os valores alocados para a Educação estão sujeitos à aprovação do ESSP II

(2) Os montantes alocados à Saúde reflectidos nesta tabela são globais para o Sector e não distinguem o Fundo Comum PROSAUDE do Fundo de Medicamentos Essenciais ou dos Fundos Provinciais

(3) O compromisso final será comunicado a 31 de Agosto e depende da finalização do relatório do MINAG para 2005 e da elaboração CFMP sectorial para 2007-9

Tabela B 13 - PERFORMANCE ASSESSMENT FRAMEWORK (PAF) - 2006

Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
Poverty reduction through privileged orientation of public services to the most needy populations	Education	Primary education	Universal education: - increase access and retention - increase quality of education - reduce gender disparities	Approve, implement and assess the strategic plan for 2005-2009 - Implement the program of low cost school construction - Implement the strategy of teachers formation taking into account the new curriculum - Approve and implement the gender strategy	Net enrolment rate EP (1+2) - Total	1a	85%		
					Net enrolment rate EP (1+2) - Girls	1b	82%		
					Completion rate EP2 - Total	2a	34% (2005)		
					Completion rate EP2 - Girls	2b	28% (2005)		
	Health	Mother & Child	Maternal mortality reduced	Increase offer of obstetric care	Proportion of institutional deliveries among expected births	3	51%		
					Infant mortality reduced	Increase coverage of the Extended Vaccination Programme	Rate of coverage <1 year DPT3 e HB	4	95%
			Increase access to basic health services	Expand access to quality treatment of communicable and non-communicable diseases	Utilization rate - professional consultations per inhabitant per year	5	0,94		
	HIV-AIDS	Prevention	Reduce number of new HIV infections	Expand access to prevention for vertical transmission	Percentage (and number) of HIV+ pregnant women receiving complete prophylaxis in the last 12 months to reduce the risk of vertical transmission from mother to child	6	10% (16,000)		
		Clinical Care	Improve clinical care for persons living with HIV	Expand access to antiretroviral therapy	Percentage (and number) of persons with advanced HIV+ infection receiving combined antiretroviral therapy in line with national protocols (disaggregated by sex and age group (0 - 14, 15 - 24, 25+))	7	15% (40,000)		
		Impact Mitigation	Improve the quality of life for people living with HIV/AIDS	Strengthen community- and home-based care and support for Orphans and Vulnerable Children (OVCs)	Percentage of OVCs covered by the National Action Plan for OVCs who were without access to basic services in 2005, gaining access to at least 3 basic services in the last twelve months (disaggregated by sex and district)	8	5%		



Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
Poverty reduction through privileged orientation of public services to the most needy populations	Infra-structures	Roads	Improve the passability of roads	Rehabilitate and maintain the road network (Primary, secondary and tertiary)	% of road network in good and reasonable conditions	9	75%		
		Water	Access increased	Open new wells and make new connections	% Population with access to potable water	10	41,5%		
		Sanitation	Access increased	Improved latrines, septic tanks	% Population with access to sanitation services	11	37%		
		Energy	Increase access to electricity (all energy)	New connections	Number of new domestic connections	12	30.000		
	Gender		Gender Equality	Promotion of rights and opportunities between men and women, and the integration of gender issues into poverty alleviation policies, plans and interventions	Approval and implementation of the Gender Policy and the Gender Implementation Strategy	13	Approval and initiation of implementation		
Promotion of economic development, with priority to the rural areas and reduction of the regional unbalances	Agriculture and Rural Development	Agricultural Services	Promotion of agricultural production	Increase coverage of agricultural outreach services	% of farmers assisted explorations that adopted at least one new technique during the last 12 months	14	30%		
				Improve coverage of animal health services	% of cattle farmers that vaccinated their livestock	15	72%		
				Promote use of irrigation technique	Area (Ha) constructed and/or rehabilitated with public resources irrigation schemes	16	3.200		
	Management of Natural Resources	Access to land	Simplify mechanisms of obtaining the rights for land tenure	% of processes received that are authorized in 90 days	17	95%			

Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
Creation of a favourable environment for private sector action	Develop private sectors		Stimulate job creation in the formal sector, modernize commercial practice	New labour law and regulations approved in line with improving the business environment for all	Reduction of cost of retrenchment (3months per 2 yrs, baseline 2005)	18	To be confirmed by end 2005		
				Business registration & licensing improved	Number of days to start a business (registration and license). To be measured by WB 'Doing Business' Annual Report. Baseline of 153days in 2005.	19	90 days		
	Macro-economic and financial policies	Financial system	Improve financial intermediation including for micro, small, medium enterprises and households without access to commercial banks	Reinforce the supervision capacity of the BoM		20	Submission of LFL legislation to Parliament and issue of regulations		
				Implement IFRS in the financial sector.		21	New chart of Accounts and tax regulations issued		
				Strengthen micro and rural finance institutions.		22	Prudential regulations published		
				Improve insurance and social protection sectors	Improvement of social protection system	23	Actuarial study on social security system concluded		
Strengthen accountability in the banking sector	Carry out a forensic audit of Ban through the AG's office	24	Follow-up action is taken						
Creation of a favourable environment for private sector action	Macro-economic and financial policies	Reform of the State Financial Administration System	Upgrade efficiency and effectiveness of the management of State funds	Budget allocation and budget execution	Budget allocation (in budget approved by AR) and budget execution (as reported in BER) of PARPA II Priority Areas in accordance with the targets set by PARPA II	25	65% to priority areas (according to PARPA I)		
					Budget execution rates for recurrent expenditure on goods and services in priority sectors, as reported in the BER	26	Budget execution rate for recurrent expenditure on goods and services in priority sectors \geq rate in non-priority sectors		
					Budget execution rates for recurrent expenditure at provincial level, as reported in the BER	27	Budget execution rate for recurrent expenditure at provincial level for year n > rate for year n-1		
				Increase budget coverage	Increase GoM revenues included in the budget (to be revised to incorporate CUT)	28	Own revenues of Ministries of Education and Culture, Health, Agriculture, Public Works, Tourism, Mineral Resources, Youth and Sport, included in Budget for 2007		



Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
					Increase number of external funds that are on-CUT	29	At least one major common fund on CUT		

				e-SISTAFE	Roll-out of the basic functionalities of e-Sistafe (treasury, budget execution and accounting)	30	By end July 2006 implement effective direct budget execution (according to the sequence of commitment verification and payment in the Ministries of Finance, Planning, Education, Agriculture, Health and Public Works at the central and provincial level.		
			Tax Reform	Simpler and more comprehensive, fair and balanced taxation	Strengthening of tax administration	Establishment of the Revenue Authority (CRA)	31	Elaboration and approval of the Information Technology Development Plan (PDTI)	
					Increase in taxes collected	Total revenue as % of GDP	32	14,8%	
			Procurement	Adoption of a transparent and efficient system	Implement a modern procurement system in accordance with the best international practices based on the new procurement regulation and in connection with e-SISTAFE		33	Supervision Unit for Public Procurement - (USAP) created, budgeted and operating	
			Auditing	Improve coverage and function of internal and external auditing	% of districts and municipalities audited by IGF		34	20%	
					Number of financial audit reports done by the Court of Auditors		35	70	
			Planning and Monitoring	Harmonization of medium and long term instruments	Ensure consistency between the PARPA, MTEF, PES and the Budget		36	Improved structure and quality of the PES and Balanço do PES	



Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
Creation of a favourable environment for private sector action	Good Governance, Legality and Justice (combat corruption)	Public Sector Reform	Decentralization	Intergovernmental Fiscal Transfer Mechanism designed for OLEs and Municipalities		37	Definition of criteria for allocation of the investment budgets for districts from 2007 as well as the proportion of the investment budget executed by district		
				Decentralization Policy adopted		38	National PPF/D Strategy Approved and implemented (including common M&E framework). Draft National Decentralization Strategy Completed.		
				Government approval of the main elements in a salary reform and beginning of implementation, starting with harmonisation of the three databases (SIP, TA and payroll)		39	Approved and implementation started		
			Rationalization of structures and processes	Agreed restructuring plans in accordance with MTEF/CFMP and implementation started in MISAU, MEC, MINAG, MIC, MAE, MPD and ME		40	Implementation in progress		
				Increase in the proportion of new appointments in public service that have been made on the basis of transparent public tender		41	Improvements realised		
			Combat corruption	A significant increase in the number of serious corruption cases that the Gabinete Central de Combate a Corrupção has brought to a conclusion (= fully investigated and, when relevant, judged)		42	Improvements realised		
				A corruption survey in the justice system (with solutions proposed for procedural simplification and addressing other causes of corruption) and recommendations implemented		43	Publication of the second study of the prosecution services and follow-up of the two studies recommendations on the judiciary		
			Improved system of fines and inspections	Abolish fine sharing by elimination of all special decrees for direct use of fines by receiving ministries and inspectors		44	Define measures to abolish fine sharing and start implementation		
Consolidation of peace, national unity, justice and democracy	Good Governance, Legality and Justice (Fight corruption)	Justice Reform	Increase efficiency in the provision of services by the justice system	Increase the number of judicial verdicts reached		45	50% (Base year is 2002)		
				Decrease in number of prisoners that await accusation and trial	% of total number of prisoners awaiting trial (MINT and MINJ)	46	50%		



Government Program – PARPA			Priorities		Indicators	No.	PAF Targets		
Strategic Objectives	Areas	Sub-areas	Objectives	Actions			2006	Achievement	Rating
				Presentation of a long term reform program that includes planning, budgeting and monitoring systems	Approval of vision document by CM and up-dating of PEI and POPEI	47	Implementation		
			Simplification and faster processing	which give priority to services delivered in the sector	Consolidate through POPEI a harmonized system of M&E	48	Harmonised sector M&E system implementation started		
				Law reforms	Reform of the Civil Procedure Code, Penal Procedure Code, Penal Code	49 a)	Given approval, initiate implementation		
					Reform of the organic law of judicial courts including commercial sections. Organic law for community courts and for IPAJ	49 b)	Given approval, initiate implementation		
					Reform of the Notary Code	49 c)	Given approval, initiate implementation		
					Reform of prison legislation	49 d)	Given approval, initiate implementation		

Tabela B 14

Ajuda Orçamental – Grupos de Trabalho

PILARES TEMÁTICOS	GRUPOS DE TRABALHO
1) Pobreza e Gestão Macro-Económica	<p>Crescimento e Estabilidade Macro-Económica</p> <p>Sistemas de Monitorização e Análise da Pobreza</p> <p>Gestão das Finanças Públicas (5 Sub-Grupos):</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise Orçamental Reforma Fiscal Procurement SISTAFE Auditoria
2) Governação	<p>Reforma do Sector Público</p> <p>Descentralização</p> <p>Reforma do Sector da Justiça</p>
3) Desenvolvimento Económico	<p>Sector Financeiro</p> <p>Sector Privado</p> <p>Agricultura e Desenvolvimento Rural</p> <p>Estradas</p> <p>Energia</p>
4) Capital Humano	<p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Água e Saneamento</p>
Questões Transversais	<p>Género</p> <p>Ambiente</p> <p>HIV-SIDA</p>



Tabela B 15

Ranking Table: Indicators and points for the Individual PAPs (2006)

Objectives	Activities	No.	Indicators	Target	Points
Portfolio Composition (25% of total points)	GBS	1	% of GBS in total PAPs aid flows disbursed to the GoM.	40%	5
	Program Aid	2	% of program aid in total PAPs aid disbursed to the GoM.	70%	5
Predictability (35% of total points)	Commitment of funds	3	% of PAPs with multi-year agreements of not less than 3 years.	100%	4
		4	Commitments of GBS for year n+1 within 4 weeks of the JR in year n	100%	4
	Disbursement	5	Disbursement of confirmed GBS commitment in the fiscal year for which it was scheduled, according to precise quarterly disbursement schedule agreed with GoM	100%	6
Harmonization and Alignment (35% of total points)	Consolidation and harmonization of conditionality	6	PAPs adhere strictly to GBS common conditionality.	95%	2
		7	(a) number of PAPs not having Annex 10 exceptions; (b) number of PAPs significantly reducing annex 10 exceptions with a view to eliminating such exceptions.	7(a) 13 7(b) 2	2
		8	Strict harmonization between all new bilateral agreements and MoU	100%	2
	Utilization of government systems and reporting	9	% of PAPs aid flows to the government reported to the budget	80%	2
		10	% of PAPs aid flows to the government included in the Treasury payment system	45%	1
		11	% of PAPs aid flows to government using public procurement systems	45%	1
		12	Implementation and evaluation reports required by the PAP from the government outside established normal government reporting systems are eliminated (excluding projects, which have their own reporting system; and audits).	Review reporting requirements in Health, Education and Agriculture	1
		13	Significantly reduce the overall number of missions for evaluation and appraisal undertaken by officials of donor countries involving meetings with government officials, AND significantly increase the share of those missions that are joint.	No. of GBS missions outside JR & MYR < 7 No. of non-GBS missions < 160 Share of joint missions: 20%	1
		14	Analytical work at country level related to development, implementation and impact evaluation of government programs and policies AND involving government officials is undertaken jointly with other donors and in line with government priorities and strategies.	In line with GoM priorities: 80% Joint: 50%	1
		15	Donors agree and implement "quiet period" with GoM.	Respect "quite period" agreed.	1
Capacity Building (5% of total points)	Technical cooperation	16	Reach agreement on guidelines for national capacity development support in line with government priorities and strategies, and subsequently adhere to it.	Actively seek to promote agreement about harmonized and aligned CDS	2



B 16 – Mapa de Moçambique



Map No. 3706 Rev. 3 UNITED NATIONS
 August 2002

Department of Public Information
 Cartographic Section



C. Bibliografia Consultada

(2005): **Paris Declaration on Aid Effectiveness: Ownership, Harmonisation, Alignment, Results and Mutual Accountability**. <http://www1.worldbank.org/harmonization/Paris/FINALPARISDECLARATION.pdf>

(2004): **Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Moçambique e os Parceiros para Apoio Programático para a Concessão de Apoio Directo ao Orçamento e à Balança de Pagamentos**. Maputo, 5 de Abril. <http://www.pap.org.mz/downloads/documents/mou.doc>

AGEZ (2005): **Position Paper on Budget Support**. AGEZ (Working Group for Development Cooperation), KOO (Coordination Office of the Austrian Bishop's Conference for International Development), Austrian EU Platform of Non-Governmental Organisations, Viena, Novembro. <http://www.oneworld.at/agez/Positionspapier%20Budget%20Support%20EnglKurzf.pdf>

BATLEY, Richard; CARTER, Rebecca (2006): **Avaliação Conjunta do Apoio Orçamental Geral 1994-2004, Estudo sobre Moçambique**. International Development Department, University of Birmingham. <http://www.oecd.org/dataoecd/24/27/36563035.pdf>

CAD/ODCE (2006): **Peer Review: Portugal**. OECD Development Assistance Committee, OECD Journal on Development 2006, Vol.7. <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/dacpeerreview.pdf>

CAD/OCDE (2006): **DAC Evaluation Quality Standards**. DAC Network on Development Evaluation, DCD/DAC/EV(2006)2. <http://www.oecd.org/dataoecd/30/62/36596604.pdf>

CAD/OCDE (2005): **Survey on Progress in Harmonisation and Alignment: Results of Mozambique**. <http://www.oecd.org/dataoecd/53/46/34060251.pdf>

COMISSÃO EUROPEIA (2002): **Documento de Estratégia de Cooperação UE-Moçambique 2002-2007**

COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2005): **Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa**. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa. http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf

COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2005): **Cooperação Policial Portugal-Moçambique, Projecto de acções a financiar no âmbito do PAC 2006**, Maputo, Dezembro

COOPERAÇÃO PORTUGUESA (2004): **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Relatório de Portugal** <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/ODM/mdgs-Objectivos-2004.pdf>

COOPERAÇÃO PORTUGUESA (1999): **A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI**, Documento de Orientação Estratégica. Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.



DFID (2005): **Evaluation of General Budget Support**. Inception Report. International Development Department, Birmingham. <http://www.dfid.gov.uk/aboutdfid/performance/files/evd2-inception-report.pdf>

DFID (2004): **Mozambique Country Assistance Plan 2004-2007**.

DFID Mozambique (2005): **Summary of UK Development Programme**, June.

DNA/INAG/IPAD (2004): **Protocolo Técnico entre a Direcção Nacional de Águas de Moçambique, o IPAD e o Instituto da Água na Área da Água e Saneamento**.

ERNST & YOUNG MOÇAMBIQUE (2006): **Revisão do Desempenho dos Parceiros para Ajuda Programática (PAP) em 2005 e Metas da Matriz de Avaliação do Desempenho dos PAP para 2006**. Relatório de um consultor independente, Grupo PAP e Governo de Moçambique, Maputo, Maio.

GERSTER, Richard; HARDING, Alan (2004): **Baseline Survey on PAP Performance in 2003**. Report to the G-15 Programme Aid Partners and the Government of Mozambique, Maputo.

HANLON, J. (2006): **PARPA II – key quotes and comments**

_____(2002): **Are Donors to Mozambique promoting corruption?** Paper apresentado na Conferência "Towards a New Political Economy of Development". Sheffield, Julho.

ICP (1999): **Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique 1999-2001**. Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

IPAD (2006): **Estratégia da Cooperação Portuguesa, Operacionalização**.

IPAD (2006): **Ponto da Situação Portugal-Moçambique 2006**.

IPAD (2006): **1ª Reunião de Acompanhamento do PAC de 2006**, Relatório. Maputo, 12 a 19 de Abril de 2006.

IPAD (2006): **Guia de Avaliação**. http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guia_aval_06.pdf

IPAD (2005): **Cooperação Portugal-Moçambique, Ponto da Situação**, Novembro.

IPAD (2004): **As Relações de Cooperação com Moçambique**, Setembro

IPAD (2004): **Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique 2004-2006**. Lisboa, 2004
<http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/pic2004-2006moz.pdf>

IPAD (2005): **Plano Anual de Cooperação Moçambique-Portugal 2006**.
http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/pac2006moz_1.pdf

IPAD (2005): **Plano Anual de Cooperação Moçambique-Portugal 2005**.
<http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/pac2005moz.pdf>

IPAD (2004): **Plano Anual de Cooperação Moçambique-Portugal 2004**.

IPAD (2003): **Avaliação da Cooperação Portuguesa no Sector da Saúde em Moçambique (1990-2000)**. Relatório Final. <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/Mocambique-Saude.pdf>

KILLICK, T.; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; GESTER (2005): **Perfect Partners? The Performance of Program Aid Partners in Mozambique in 2004**, Maputo. www.dfid.gov.uk/pubs/files/mozambique-performance-paps.pdf

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2006): **Projectos de Investimento Público Financiados pela Componente Externa: Guia Prático para o Austamento do Ciclo de Elaboração do Orçamento de Estado de Moçambique**. Versão 1.0, Direcção Nacional do Orçamento, Maputo, Fevereiro.

MONTES, Carlos; WOLFE, Toby (2000): **Evaluation of EC Country Strategy. Mozambique 1996-2000**. December. <http://www.europa.eu.int/comm/europeaid/evaluation/reports/acp/951571.pdf>

PAP/GoM (2006): **Revisão Anual Conjunta “Aide Mémoire” 2006**. Parceiros para o Apoio Programático e Governo de Moçambique, Abril. www.pap.org.mz

PAP/GoM (2005): **Revisão Semestral Conjunta “Aide Mémoire” 2005**. Parceiros para o Apoio Programático e Governo de Moçambique, Setembro. www.pap.org.mz

PAP/GoM (2005): **Revisão Anual Conjunta “Aide Mémoire” 2005**. Parceiros para o Apoio Programático e Governo de Moçambique, Maio. www.pap.org.mz

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2006): **Resolução do Conselho de Ministros n.º39/2006, Aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado**. Diário da República, Número 79 Série I-B, 21 de Abril.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2006): **Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)**. Maputo, Maio de 2006. <http://www.mpd.gov.mz/documents/parpa/parpa.html>

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005): **Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005): **Programa do Governo 2005-2009**.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005): **Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação**. Maputo, 2005.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2003): **Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique 2003-2012**. Volume I e II. Aprovado pelo Conselho de Ministros de 31 de Maio de 2004.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2001): **Protocolo Técnico** de regulamentação da execução das acções e mobilização de recursos financeiros do Programa de Educação do Acordo Geral, assinado entre Portugal e Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2000): **Acordo Geral para o Programa de Reconstrução Pós-emergência de Moçambique** no âmbito da Conferência de Doadores, Roma 3-4 Maio 2000, assinado entre os governos de Portugal e de Moçambique.



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: